
ALÉM DO MASCULINO/FEMININO: GÊNERO, SEXUALIDADE, TECNOLOGIA E *PERFORMANCE* NO ESPORTE SOB PERSPECTIVA CRÍTICA

*Wagner Xavier Camargo**

Universidade Federal de São Carlos – Brasil

*Cláudia Samuel Kessler***

Universidade Federal de Santa Maria – Brasil

Resumo: *A partir de experiências etnográficas no mundo esportivo, este texto articula dados empíricos e reflexão teórica em busca da compreensão das implicações para o esporte mainstream da existência de corpos não normativos/dissonantes, participantes em diferentes competições do sistema esportivo global. Questionamos não apenas as normatividades instituídas e presentes no meio esportivo, mas também as masculinidades/feminilidades como ficções políticas em vigor nas arenas esportivas. Dessa forma, propomos refletir sobre a alteridade presente no campo esportivo, a partir de corpos que sofrem/sofreram diferentes processos de transformação corporal ou que usam fármacos e outras substâncias. Gênero, sexualidade e deficiência são categorias que nos ajudarão a problematizar a construção de saberes e a gestão política dos usos dos corpos em performances de alto rendimento atlético.*

Palavras-chave: *corpos dissonantes, esportes, gênero, sexualidade.*

Abstract: *From ethnographic experiences in the sports world, this paper articulates empirical data and theoretical reflections in order to understand the implications to mainstream sport with the presence of non-normative/dissonant bodies that participate in different competitions of the global sports system. We question not only the established normativities in sport, but also the political fictions of masculinity/femininity in its spaces. Thus, we reflect on the otherness present in the sports field up from bodies that suffer/suffered body modification processes or that use drugs and other*

* Em pós-doutoramento. Contato: wxcamargo@gmail.com

** Contato: jornalista24h@hotmail.com

substances. Gender, sexuality and disability are categories that help us to problematize the construction of knowledges and the political management of the use of bodies in high level athletic performances.

Keywords: *dissonant bodies, gender, sexuality, sports.*

Introdução

Recentemente temos visto fatos importantes relativos a eventos esportivos, que não apenas relativizam nosso olhar para esse universo como achamos que conhecemos, mas também postulam novas perspectivas no tocante a corpos, práticas atléticas e, inclusive, esportes. Em 2012, presenciamos a participação de um atleta biamputado de membros inferiores nas provas do atletismo dos Jogos Olímpicos de Londres.¹ E, em agosto de 2014, nós brasileiros pudemos assistir, em matéria do programa *Fantástico* da Rede Globo (que está também postada no canal YouTube), uma modesta (porém inaugural) cobertura jornalística sobre a 9ª edição dos Gay Games, em Cleveland, Estados Unidos, um tipo de Olimpíadas que reuniu *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros,² em mais de 30 modalidades esportivas.

Tais fatos nos provocam a pensar que o “sistema esportivo global” (Rial, 2008), como apresentado pelos artefatos midiáticos *mainstream*,³ não é tão homogêneo como talvez pareça: participam dele também sujeitos que postulam diferenças, que vão de orientações não heterossexuais a formas físicas distintas.

Os corpos amputados, “malformados” ou que apresentam orientações não heterossexuais, à semelhança dos casos acima citados, trazem à baila uma interrogação a duas premissas sobre as quais se assenta o esporte como fenômeno *per se*: a prerrogativa de existência de “corpo-são” (leia-se hábil, ou não deficiente)

¹ Trata-se de Oscar Pistorius, um sul-africano que ficou conhecido recentemente por ter sido acusado de ter assassinado sua namorada. Ele se destacou nos Jogos Paralímpicos (as Olimpíadas de pessoas com deficiência) de Atenas-2004 e Pequim-2008, galgando espaço nas seletivas nacionais/internacionais para correr com atletas não deficientes nas provas de velocidade do atletismo nos Jogos da capital londrina (O atleta..., 2011).

² Aqui se englobam “homem transexual” (corpo biológico de mulher em transição), “mulher transexual” (corpo biológico de homem em transição), travesti, intersexos, entre outros. Lembrar que o termo usado para descrever pessoas transexuais sempre pressupõe o gênero-alvo.

³ Quando nos referimos a mídia *mainstream* estamos fazendo referência a canais de TV, jornais impressos, internet, rádios e outros meios que veiculam notícias voltados a amplos públicos.

– aquele que enxerga, pensa, fala e escuta perfeitamente – e a divisão binária de gênero, que necessita das categorias “masculina” e “feminina” para validar o processo competitivo. Ainda há, no tocante aos corpos esportivos, uma peculiar singularidade em relação à “categoria feminina”: na “área reservada masculina” (Dunning; Maguire, 1997), a partir do qual o esporte se edifica, os corpos de mulheres são, via de regra, inferiorizados em termos de *performance* e erotizados/objetificados no que diz respeito à beleza e à sensualidade.

Portanto, este artigo problematiza algo atual e que será tratado de forma contextualizada, sob novas perspectivas. Via de regra, o mundo (masculino) dos esportes lida, na superficialidade, com os limites do binário “masculino/feminino” e despreza a alteridade apresentada por corpos outros. De um lado, deixa às mulheres atletas a difícil tarefa de se destacarem em meio às “práticas viris” e, de outro, realoca corpos “malformados”, “amputados” e corpos em “transição de gênero” (como também corpos hormonizados) em subcategorias, com *status* inferior e deslegitimados perante o ambiente instituído da virilidade, da eficácia e da heteronormatividade.⁴

Ao longo das seções seguintes, sublinhamos como a presença de corpos dissonantes⁵ (Camargo, 2014, 2015) tensiona os limites e fronteiras de padrões instituídos e propõe questões para o sistema esportivo convencional. Gênero, sexualidade, deficiência são categorias que nos ajudam a problematizar a construção de discursos e a gestão política dos corpos no alto rendimento.

O objetivo deste artigo, em suma, é tensionar o modelo esportivo *mainstream* a partir de considerações sobre a presença de corpos não legitimados (no caso aqui, de mulheres, pessoas com deficiência, transgêneros, bissexuais, *gays* ou lésbicas), que insistem em existir e criam modos de participação em variados espaços esportivos, tais como campos, quadras, piscinas, pistas e tatames.

Particularmente quando se inter-relacionam sexualidade e sistema esportivo, nas sociedades contemporâneas, os corpos aparecem como marionetes dentro

⁴ Por “heteronormativo” nos referimos às demandas, expectativas e restrições sociais no tocante à heterossexualidade numa sociedade – ou como salienta Judith Butler (2003, p. 215), ao que concerne uma *matriz heterossexual*, i.e., “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual corpos, gêneros e desejos são naturalizados”.

⁵ Corpos dissonantes são aqueles que se desviam da norma, abjetos, ininteligíveis, que pela própria existência se afastam de idealizados padrões de beleza, estética e eficiência propostos pelas sociedades ocidentais contemporâneas (Camargo, 2015). Esse conceito é cunhado tomando as teorizações de Butler sobre ininteligibilidade de corpos no que dita o gênero e a ideia de abjeção de Kristeva (1982), na qual o abjeto é aquilo que foi expelido como excremento e é por essa expulsão que o estranho se estabelece.

do palco da heteronormatividade, onde a heterossexualidade é tomada como pressuposto obrigatório/compulsório (Rich, 1999) e as normatividades estão instituídas, do sexo ao gênero, da biologia à cultura. São saberes que determinam se os corpos que se apresentam nos espaços esportivos *mainstream* têm permissão para ali permanecerem ou se devem ser banidos. São conhecimentos exercidos a partir de discursos de autoridade (do treinador, do médico, do clube), que reúnem o poder do discurso e pressagiam longa vida (aos corpos atléticos normativos/inteligíveis) nos espaços legitimados do esporte e determinam o ostracismo social/esportivo de corpos errantes, ininteligíveis e distintos dos demais.

Esses tratamentos em relação a tais corpos atléticos, nos cenários esportivos, postulam um jogo perigoso entre saber-poder, que nos induz a pensar que *corpos dissonantes* são vistos ainda como corpos que precisam ser “consertados”, “readequados” para se realocarem no “padrão de excelência” dos corpos normativos. Pela medicina esportiva, por exemplo, presume-se que “o remédio, o tratamento ou a operação cirúrgica, agem, pela objetividade de seu caráter peculiar, de maneira direta sobre o corpo” (Le Breton, 2011, p. 297) e têm por função “recuperá-los” ou “consertá-los”.

Entretanto, o corpo é muito mais do que uma construção biológica e social; é produto da cultura, das tecnologias, dentro de uma dimensão linguística. O corpo não está definido *a priori* e é um território amplo a ser explorado, que a partir de suas performatividades nos posiciona nos limites das normatividades corporais e de gênero instituídas. Nesse aspecto, segundo Butler (2003, 2008), gênero não é uma “essência” ou “verdade psicológica” como há muito se pensou, mas uma prática discursiva e corporal performativa por meio da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político.⁶

Nesse sentido, numa sofisticada explicação sobre nossos corpos, o teórico pós-feminista Paul B. Preciado (2008)⁷ institui a nomenclatura “bio” e “trans”/“tecno”, como estatutos de gênero tecnicamente produzidos. Por um

⁶ Butler ressalta que a *performatividade* contém a *performance*, conceito agregado, mas distinto. Em suas palavras: “A performance do/a drag [*queen*] brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado. Mas estamos, na verdade, na presença de três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero” (Butler, 2003, p. 196). Performatividade não tem a ver com um “ato teatralizado” e está desvinculada da ideia voluntarista de encenar um “papel de gênero”; as performatividades são fabricações manufaturadas, sustentadas por signos corpóreos e meios discursivos.

⁷ Importante dizer que a então autora espanhola Beatriz Preciado tem requerido que a chamem no masculino. O nome com o qual se chama atualmente é “Paul”.

lado, os bio-homens e as bio-mulheres são os/as que se identificaram com o sexo que lhes foi designado no nascimento e, por outro, tecno-homens e tecno-mulheres são as/os que contestaram tal designação e tentaram modificá-la com ajuda de procedimentos externos (técnicos, próstéticos, performativos e/ou legais).⁸ Tais designações não são melhores ou piores umas em relação às outras, segundo o teórico. Apenas dão conta do abismo que separa as pessoas “bio” das pessoas “tecno”. Para ele, tal distinção será ultrapassada no futuro.

O enfoque teórico desse autor nos importa porque ele está interessado na dimensão semiótico-técnica da produção performativa de gênero. Ou seja, para ele, o gênero não é um conceito, nem uma ideologia, nem uma *performance*, mas uma “ecologia política”:

La certeza de ser hombre o mujer es una ficción somaticopolítica producida por un conjunto de tecnologías de domesticación del cuerpo, por un conjunto de técnicas farmacológicas y audiovisuales que fijan y delimitan nuestras potencialidades somáticas funcionando como filtros que producen distorsiones permanentes de la realidad que nos rodea. (Preciado, 2008, p. 89).

Em casos que serão apresentados no decorrer deste texto, poder-se-á perceber que os sujeitos transitam por fronteiras (físicas, de sexo/gênero, sociais), desafiando a compreensão dos padrões estabelecidos, e postulando a produção de outros corpos, menos previsíveis e alinhados, fora das normas instituídas (na sociedade e no esporte) e que tensionam os modelos vigentes. Reunindo dados de uma pesquisa etnográfica com mulheres futebolistas⁹ e de uma etnografia multissituada de longa duração,¹⁰ exploraremos novas conexões teó-

⁸ Incorporaremos as designações “bio” e “trans”/“tecno” às palavras homem/mulher no decorrer do artigo quando quisermos demarcar o estatuto de produção técnica do gênero.

⁹ Entre 2011 e 2013 foram realizadas observações participantes, entrevistas, registros fotográficos e uma enquete com equipes do circuito municipal e estadual de competições realizadas no futebol de mulheres porto-alegrense. Grande parte desse material encontra-se na tese de Kessler (2015).

¹⁰ A etnografia multissituada foi realizada em diferentes cidades/países entre América do Norte e Europa, de 2006 a 2011 e grande parte do material coletado está em Camargo (2012). As competições esportivas LGBT (de lésbicas, *gays*, bissexuais e pessoas transexuais) foram acompanhadas “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) pelo antropólogo, ora mais atleta, ora mais pesquisador que, de acordo com os termos de George Marcus (1995), buscou estabelecer as conexões de biografias, observações participantes, entrevistas, conversas e dados de campo a fim de produzir conhecimento antropológico. Nas entrelinhas da etnografia multissituada, a autoridade do antropólogo é questionada e se abrem espaços para outras subjetividades na relação entre pesquisador-pesquisado.

ricas, que, a partir da empiria, nos permitirão apresentar as fissuras do esporte *mainstream*, problematizando a construção de saberes e a gestão política dos usos dos corpos em *performances* de alto rendimento atlético.

A partir do que foi exposto, este artigo se dividirá em três partes. A primeira pretende tratar do lugar das bio/tecno-mulheres no futebol, tentando postular as problemáticas que envolvem seus corpos no universo masculino e machista desse esporte, e considerando suas transgressões na disputa pela legitimidade das ações e resultados esportivos. A segunda, por sua vez, apresentará corpos dissonantes e não normativos, que estão presentes principalmente em competições LGBT, e refletirá sobre novas subjetividades na cena esportiva. O terceiro momento do texto pretende pensar nos pós-limites do corpo, do gênero e da *performance* no esporte a partir de corpos transgêneros. Ao final, são tecidas considerações sobre as produções, manipulações e (auto)controles instituídos nos corpos e em seus desempenhos no esporte.

As bio-mulheres no futebol: mapeando lugares e transgredindo fronteiras

A arena esportiva, segundo Eric Anderson (2005), é um dos espaços de maior segregação de gênero das sociedades atuais. A sociabilidade nesses espaços generifica tanto questões ligadas às *performances* esportivas quanto os “lugares” sociais que os sujeitos creem que “devem” ocupar. As bio-mulheres participam desse espaço segregador desde meados do século XX. No início, tinham seu papel exclusivamente limitado à margem, como torcedoras, situação que apresenta mudanças na atualidade, com a sistemática ocupação de espaço por parte delas.

No Brasil, especificamente, a vigência do decreto-lei nº 3.199/41 (Brasil, 1941) impediu a prática do “futebol feminino” competitivo desde 1941 até o início dos anos 1980. No decorrer desses, as futebolistas brasileiras conseguiram conferir mais visibilidade às suas *performances* corporais, sem se restringir à forte influência das prescrições médicas relacionadas à sua saúde reprodutiva ou à intervenção das legislações governamentais (Goellner, 2005).¹¹ As joga-

¹¹ Segundo Goellner (2005), no início do século XX, acreditava-se que o esforço físico, os músculos delineados, a liberdade dos movimentos, a seminudez dos corpos não eram apropriados às mulheres. Apesar de os esportes serem vistos como benéficos para a preparação de um corpo materno saudável, os esportes de contato, tais como o futebol, eram considerados violentos e ofensivos às convenções sociais da época.

doras de futebol puderam demonstrar suas habilidades, alcançando vitórias e projeção esportiva. Entretanto, embora possibilitadas de jogar, ainda permanecem sem um circuito de competição profissional que seja largamente reconhecido ou que carregue a mesma distinção em termos de prestígio.

Em termos de competições internacionais futebolísticas, as mulheres conquistaram mais espaços a partir do final do século XX. Após longa disputa por reconhecimento e oportunidades, em 1991 foi realizada a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino organizada pela FIFA, na China. Devido ao sucesso da realização dessa competição, a modalidade “futebol feminino” foi, a seguir, inserida nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996.

De acordo com Knijnik (2010) o futebol é o suprassumo dos valores simbólicos masculinos e o androcentrismo está “naturalizado”. Percebe-se, inclusive, que os parâmetros atuais de masculinidade(s) no futebol ainda foram pouco esgarçados, mantendo os valores instituídos e legitimados historicamente como hegemônicos. As diferenças de tratamento entre gêneros não se referem apenas às questões financeiras e materiais, mas também na maneira como as mulheres praticantes de esporte são vistas, tratadas e consideradas.

Ser jogadora de futebol no Brasil está longe da imagética das bio-mulheres de capas de revista, *sexies* e delicadas. O futebol exige de suas atletas demonstração de capacidades físicas transgressoras, ao mesmo tempo em que lhes impõe uma certa carga de submissão, no que se refere aos padrões estéticos vigentes e às normas impostas pelas instâncias organizacionais da modalidade. A visão que se tem da mulher na sociedade ainda está longe de unissonamente vinculá-las aos atributos de força, habilidade e eficiência. Reproduz-se, inclusive no meio esportivo, a ideia de que a mulher deve ser “bela, feminina e maternal” (Goellner, 2003), apesar de atleta. No meio esportivo, mediar esses atributos de maneira convincente pode ser bastante desafiador.

A partir de observações etnográficas realizadas em uma competição estadual de futebol feminino,¹² Kessler (2015) constatou que a identidade de

Apenas após as conquistas dos movimentos feministas na década de 1970 é que as bio-mulheres puderam reivindicar mais espaço no cenário esportivo nacional.

¹² Ao contrário do termo “futebol feminino” comumente usado proporíamos “futebol de mulheres” porque acreditamos que existem múltiplas expressões de masculinidades e feminilidades presentes nos corpos das bio-mulheres praticantes de futebol. Entendemos que a expressão “futebol feminino” reafirma práticas que invisibilizam essa diversidade ao impor uma padronização ligada à matriz futebolística hegemônica, masculinista e heteronormativa.

gênero das futebolistas era composta por interpretações baseadas num conjunto de elementos, dentre os quais se podem destacar o gestual, os acessórios de beleza, a vestimenta e a voz. Os atributos ditos “masculinos” e “femininos” eram ressignificados conforme os contextos. A exemplo disso, o cabelo curto poderia servir para afirmar que jogadoras da equipe adversária eram masculinas e, portanto, poderiam ser chamadas de “minos”, bem como era considerado um elemento de distinção para uma jogadora elogiada por apresentar um corte de cabelo “estiloso”, semelhante ao de uma renomada cantora nacional de MPB.

Por sorte, e a bem das questões feministas mais amplas relacionadas aos sujeitos, as futebolistas não apenas não se submetem totalmente a tais determinações sociais e institucionais, como também transgridem diretrizes e regras, quando demonstram superioridade física a muitos bio-homens inseridos na modalidade e/ou quando explicitam lutas por seus direitos e pelo reconhecimento mesmo de suas existências nos gramados.

Os padrões normativos no esporte imperam não apenas nas questões referentes ao gênero, mas também em relação a orientações sexuais. O exemplo é a homossexualidade para homens e mulheres.¹³ A vigilância sobre corpos e expressões afetivo-sexuais das futebolistas porto-alegrenses, segundo Kessler (2015), acontece com mais intensidade em equipes que visam competições oficiais de alto nível. Nessas equipes são valorizados os aspectos da “feminilidade” (normativa e heterossexual), via incentivos para que as jogadoras se preocupem com a imagem individual e coletiva (em termos estéticos e comportamentais), a fim de não comprometer interesses financeiros.

Conforme os comentários presentes na mídia especializada, permanece a impressão de que o “bom desempenho esportivo” é aquele que se assemelha ao dos homens que participam das competições mais prestigiadas, tais como o Campeonato de Futebol Brasileiro masculino Série A. O padrão performático de excelência é o “masculino” e as mulheres que tentam alcançá-lo são

¹³ Sedgwick (2007) afirma que existem diferentes formas de visibilidade da sexualidade não normativa e que estar dentro ou fora do “armário” da sexualidade é ambivalente e pode estar ligado a situações diárias, vinculadas às diferentes relações pessoais, econômicas ou institucionais. A autora mostrou que a imagem do armário é indicativa da homofobia de uma maneira que não o pode ser para outras opressões. Sobre esportistas *gays/lésbicas* e armário, consultar: Griffin (1998), Pronger (1990); Owen (2006) e Camargo (2013).

consideradas como “fora do padrão” e podem sofrer preconceituosos questionamentos em relação aos seus corpos, seus desejos e, muitas vezes, em respeito às suas sexualidades. Não raras vezes, Kessler (2015) presenciou futebolistas sendo xingadas de “cavala”, “animal”, “monstra” ou “ogra”. Essas jogadoras eram assim chamadas, pois eram consideradas não mulheres, mulheres que se desviavam do que naturalmente era considerado como “essencialmente feminino”. Elas apresentavam força física e habilidades consideradas excepcionais em relação aos demais (homens e mulheres).

Por uma via ou outra, as futebolistas dramatizam as questões de gênero a todo tempo. Seus corpos, portanto, devem ser entendidos como um lócus político, no qual se reivindica e questiona a normalização dos prazeres e das sexualidades (Stolke, 2000). Os corpos plurais mostram a insuficiência da uniformização de padrões. Trata-se, pois, de pensar os corpos (com suas inscrições, trejeitos e movimentos) como modalidades discursivas, de um corpo que não é apenas biológico, mas também resultado de linguagem e poder na disputa por espaços.

Visando superar a ideia comum de corpos “frágeis” ou “delicados”, Tamburrini e Tännsjö (2005) sugerem até mesmo a possibilidade de gerar modificações na estrutura genética das jogadoras para transformá-las em “bioamazonas”, isto é, supermulheres que exibiriam corpos, músculos e força adaptados às demandas do mercado esportivo profissional do futebol. A proposta de Tamburrini e Tännsjö (2005) tende mais à abstração do que a um projeto plenamente exequível. A provocação instaurada pelos autores interroga quais os limites possíveis na busca por músculos, altura ou velocidade (atributos considerados masculinos) na potencialização dos corpos de atletas futebolistas.¹⁴ Seriam as bio-mulheres capazes de se submeterem a mudanças que as tornassem esportistas mais poderosas, transformando-se em tecno-mulheres e ocupando um lugar tradicionalmente reservado aos bio-homens?

Na área esportiva, a bio/tecno-mulher que apresenta força e aparência semelhantes às dos homens oferece risco à ordem social heteronormativa. No

¹⁴ Gostaríamos de salientar que a proposta de Tamburrini e Tännsjö (2005) defende algo que vai além da construção de “bioamazonas”, quando discute o estatuto de validação e generalização do *doping* genético e químico para todo e qualquer corpo no universo esportivo, questão que não será aqui ampliada, mas que merece ser pontuada.

futebol, as demonstrações de feminilidades (construções do que é ser mulher) são problemáticas (tanto para uns quanto para outros). Porém, tais expectativas de gênero não resultam em vetos à participação de bio-homens a partir da utilização de mecanismos de verificação de gênero, o que não ocorre com as bio/tecno-mulheres, que são constantemente inquiridas sobre seu *status* de sexo/gênero.

A normalização dos corpos de bio/tecno-mulheres esportistas pode ser percebida no âmbito esportivo, inclusive nas ações da Fédération Internationale de Football Association (FIFA). A partir de 2011, esta entidade implementou um procedimento de *gender verification*, protocolo que visava manter a “igualdade” competitiva entre jogadoras.¹⁵ Essa política de controle reacendeu os debates sobre “legitimidade de gênero” nos gramados e deslocou a discussão para a normalização de corpos transgêneros ou intersexos, por meio de cirurgias e ingestão de hormônios. A normalização sexual seria o preço a pagar para legitimar as participações esportivas. A desestabilização provocada por corpos dissonantes é acalmada com determinações normativas que regulam o que se encontra fora dos padrões instituídos.¹⁶

Ao visibilizar as práticas esportivas de bio-mulheres futebolistas, bem como as de outros “futebóis”¹⁷ e outras modalidades esportivas praticadas por bio-mulheres, podem-se perceber novas questões, que extrapolam o restrito mundo das equipes da elite do futebol de bio-homens. Consegue-se, portanto, romper com a persistente reprodução de um “discurso das

¹⁵ A testagem foi implementada pela FIFA no mesmo ano da Copa do Mundo de Futebol Feminino 2011 (na Alemanha), sob o argumento de que hormônios androgênicos promovem melhorias no desempenho, em relação à força, potência e velocidade, servindo como uma vantagem competitiva. Conforme a entidade esportiva, os procedimentos de verificação podem ser aplicados em ambos os “gêneros” em caso de dúvida substancial. Entretanto, não existe nenhum registro de que homens tenham sido verificados. Em 2013, a jogadora sul-coreana Park Eun-Seon foi submetida ao teste.

¹⁶ Em 2015, a mídia brasileira “alertou” para um “escândalo ético” internacional no futebol, envolvendo as questões de atletas transgêneros. Conforme a “denúncia”, oito jogadoras da seleção nacional do Irã seriam homens, pois não haviam passado por “completa mudança de sexo” (Dirigente..., 2015). A notícia revela a tentativa de tecno-mulheres “não completas” ou “ilegítimas” ocuparem um espaço que não lhes pertencia e de se aproveitarem do uso da burca, lenço e cachecol como estratégia de “disfarce” de seus atributos “masculinos”.

¹⁷ Entendemos que existem práticas que vão além do que está geralmente na mídia *mainstream*, tais como o futebol de cegos, futebol de praia, futebol de mulheres, futebol indígena, futebol comunitário, futebol escolar, etc. Sobre as variedades de futebóis, pode-se entender que elas são invisibilizadas pela adoção da matriz espetacular do futebol de campo de bio-homens, considerado como principal referência de reconhecimento, afirmação de identidades e sociabilidade.

ausências” (Kessler, 2015)¹⁸ e ampliar a valorização de práticas diferentes da hegemônica, ou seja, permite-se rever a percepção (e o interesse) conferidos sobre a matriz espetacular de futebol (de bio-homens).¹⁹

Na atualidade, um dos maiores problemas em relação às práticas esportivas realizadas por bio-mulheres é a constante correlação entre esporte e um padrão único de feminilidade. Por mais que se tente fugir da temática “gênero” dentro do esporte, invariavelmente são realizadas comparações e trazidos questionamentos sobre a aparência e atitudes de mulheres nessa arena.

Para as diferenças de gênero e sexo, a ciência utiliza-se de marcadores entendidos como biológicos e naturais, os quais determinam e explicam o comportamento “delas”. “Isso ocorre, por exemplo, quando se fala da fisiologia feminina e de como a vida das mulheres é ‘indiscutivelmente’ governada pelas transformações hormonais inerentes aos seus estados cíclicos e instáveis” (Rohden, 2008, p. 134).²⁰ Pelo viés biológico, sugere-se que os hormônios, além de serem responsáveis pela instabilidade das bio-mulheres, fisiologicamente promovam desvantagens na prática esportiva, pois a força muscular e a potência, por exemplo, estariam associadas à testosterona (conhecida como hormônio sexual de bio-homens). Enquanto a ciência biomédica ainda procura formas para o que poderia definir uma bio-mulher no esporte, pode-se entender que os empecilhos da prática invariavelmente

¹⁸ Conforme Kessler (2015), o “discurso das ausências” é um conjunto de falas circulares e presentes na mídia *mainstream*, nos discursos de pessoas da população geral e até mesmo no mundo esportivo, com o intuito de reforçar a ideia de que as futebolistas não apresentam boas *performances*, pois não recebem incentivos financeiros (e vice-versa). Devido a *performances* “fracas”, elas cativariam “insuficiente” público e “pouca” mídia, reforçando o argumento de que sem investimentos não podem aprimorar *performances*, e repetindo esse discurso à exaustão. Esse discurso pretende justificar a invisibilidade do futebol de mulheres e conferir-lhe a noção de estático e “sem futuro”. São reforçados, portanto, apenas adjetivos que inferiorizem ou invisibilizem esse futebol.

¹⁹ Para mais informações sobre a matriz de futebol espetacular, sugerimos a leitura de Damo (2007).

²⁰ Ao ler Nicholson (2000), pode-se sugerir que a expressão “feminino” expresse a antiga noção, dos gregos ao século XVIII, de corpo “unissexuado”, considerando o corpo *fe-menino* uma versão inferior. O corpo *fe-menino* não era considerado um corpo diferente, mas sim um corpo sem um pênis ou com um pênis menos desenvolvido. Em inglês pode-se perceber também a ligação entre mulheres e homens na composição da palavra *fe-male*, em que *male* se refere a homem, assim como a própria palavra mulher *wo-man* (em que homem é apenas *man*). A presença de expressões que se refiram aos homens dentro das expressões que se referem a mulheres de forma alguma é prejudicial, mas pode sugerir a conexão entre ambos, não em uma relação de escalas (de superioridade ou inferioridade), mas de semelhanças. Nossos corpos, mesmo contendo os mesmos órgãos (exceto pelas gônadas sexuais), possuem anatomias e funcionalidades diferentes. Usamos nossos corpos, cada um a seu modo, ocupando seu espaço, com intensidade e ritmo próprios.

perpassam aspectos relacionados às culturas em que tais sujeitos estariam inseridos.²¹

As futebolistas brigam pela geração de um futebol de bio/tecno-mulheres, que sejam reconhecidas como atrizes reais do processo (e não cópias), pois possuem uma lógica própria com recente documentação, bem como uma trajetória histórica que marcadamente influencia seu atual estágio de desenvolvimento. Entende-se, portanto, que as primeiras fronteiras que devem ser transgredidas na arena esportiva são as de gênero, e depois as dos desempenhos esportivos.

A alteridade no esporte: outros sujeitos e as produções intersubjetivas em sistemas esportivos particulares

Em 2009, em meio à crise econômica que assolava o mundo, representantes de associações e federações esportivas voltadas para a população LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e pessoas trans), reuniram-se num grupo de trabalho em Copenhague, Dinamarca, no meio de uma Conferência sobre Direitos Humanos, a fim de discutir sobre o futuro das competições esportivas para tal grupo. Com quase 30 anos de existência, o pilar sobre o qual se estabeleceram os debates (qual seja, o das políticas de identidade) ruía também no âmbito esportivo, e os principais líderes do movimento sentaram, pela primeira vez, para discutir saídas de uma crise institucional que se instalava sobre as entidades mundiais de organização esportiva LGBT.²²

Um grupo de trabalho foi montado, à época, para acolher sugestões com vistas a realizar um evento único no ano de 2018 e colocar o “movimento esportivo LGBT” novamente junto. Passados alguns anos, a iniciativa não deu certo e os eventos continuaram existindo em separado.

²¹ Recentes pesquisas norte-americanas começam a indagar sobre a relação existente entre os níveis de testosterona e de estrogênio no organismo de bio-homens (Deficiência..., 2013).

²² Estamos falando aqui, de uma parte, da Federação dos Gay Games (FGG), com sede nos EUA, que organiza os Gay Games, jogos projetados como olimpíadas e que vêm ocorrendo quadrienalmente desde 1982, e, de outra, da Associação Internacional Esportiva para Gays e Lésbicas (GLISA), que realiza os OutGames, “modelo alternativo” ao anterior surgido em 2004, e que passa a ser organizado como campeonato mundial, também a cada quatro anos.

Gay Games e OutGames, por sua vez, são duas competições com diferentes modelos de esporte para a prática LGBT, com distintos propósitos, mas muitas semelhanças em termos de organização esportiva. O primeiro foca-se mais na competitividade e o segundo arquiteta-se como um festival, porém ambos configuram-se como eventos globais e reúnem sujeitos (muitas vezes os mesmos) que ainda se regozijam em celebrar suas “identidades sexuais e de gênero” ao praticarem esportes.

Independentemente das questões internas relativas à estrutura dos eventos esportivos ou à discussão acerca do futuro de tais contendidas específicas, a própria existência dos jogos e competições esportivas para sujeitos não heterossexuais dentro do “sistema esportivo global” (Rial, 2008) tensiona o binarismo de gênero a que o esporte sempre se filiou. Inúmeros/as autores/as, de diferentes maneiras, já denunciaram o esporte como umas das instituições mais eficazes na segregação de sexos e na manutenção do binarismo de gênero das sociedades modernas (Anderson, 2005; Caudwell, 2006; Eng, 2006; Goellner, 2013; Griffin, 1998; Pronger, 1990).

Se, por um lado, muitos desses indivíduos ainda preferiam competir “entre iguais” (reproduzindo a máxima do esporte convencional, sobre a igualdade de chances na competição) e mantinham um fluxo quase peregrino a tais eventos a cada quatro anos, por outro, alguns já não se fidelizavam ao projeto, seja por achar que o mundo mudou e não existem mais espaços segregados, seja por entender que se “homo” ou “heterossexual”, o que efetivamente importa é o desempenho esportivo – esse mostrado onde quer que fosse, inclusive no esporte, por corpos munidos de condições (físicas, psíquicas e hormonais) para tal.

Não há dúvida que *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros ocupam esse espaço, visto que são impedidos (muitas vezes via homofobia e discriminação) de ocuparem lugares do esporte convencional. Mas em que medida, mediante a existência da “expressão esportiva LGBT”, o esporte convencional incorpora a diversidade (sexual) e as diferenças individuais corpóreas/sexuais de tais sujeitos? Wolf (2011, p. 29, tradução nossa) sintetiza bem essa última questão: “em que sentido o mundo esportivo está se tornando amigável aos atletas LGBT?”.

Dos 60 atletas *gays* profissionais entrevistados ao longo de cinco anos em que Anderson (2005) realizou sua pesquisa, a maioria deles permanece no *closet* da sexualidade por considerar, por razões variadas, que o universo

esportivo é homofóbico e tem dificuldades em aceitar manifestações comportamentais que não as da masculinidade (hegemônica) heteronormativa. Eng (2006, 2008), por sua vez, também constatou tendências similares em atletas (*gays* e lésbicas) noruegueses – que participavam de ligas nacionais convencionais – tentando buscar em que medida a presença deles funcionava como transgressora de valores convencionais da cultura esportiva.

Por sua vez, Pronger (2000) é bastante pessimista quando executa uma relação entre atletas que se declararam *gays* ou lésbicas e suas presenças/ausências no esporte convencional na América do Norte, com especial destaque para Canadá e EUA. Ele diz:

Mas, considerando que, na América do Norte, nos últimos 20 anos, menos que duas dúzias de atletas de alto nível declararam sua homossexualidade publicamente e apenas alguns deles tinham perfis públicos significativos (por exemplo, Martina Navratilova e Greg Louganis), e que poucos continuaram em suas carreiras atléticas após “saírem do armário”, é claro que o efeito que os atletas publicamente *gays* tiveram em fazer do esporte *mainstream* um espaço de sexualidade liberada é insignificante. (Pronger, 2000, p. 224, tradução nossa).²³

Portanto, esse autor estadunidense conclui que, se há progresso em outras áreas da vida social para essa população (a questão de direitos civis, de saúde, visibilidade, etc.), não se pode dizer o mesmo sobre o meio esportivo. Como assinalou Wolf (2011) novamente,

[...] anunciantes e proprietários de equipe são basicamente conservadores, social e politicamente. Eles estão interessados no dinheiro. Isso significa que, a menos que eles possam descobrir uma maneira de fazer com que o apoio a um atleta abertamente LGBT gere dinheiro, eles não colocarão em risco suas marcas. (Wolf, 2011, p. 30, tradução nossa).²⁴

²³ No original: “But considering that across North America in the last 20 years, fewer than two dozen high-performance athletes have declared their homosexuality publicly, and only a few of them have had significant public profiles (e.g., Martina Navratilova and Greg Louganis), and that very few of that already small number have continued in their athletic careers once they have come out, it is clear that the effect that out gay athletes have had in making mainstream sport a sexuality liberated environment is negligible.”

²⁴ No original: “Advertisers and team owners are basically conservative, both socially and politically. They are about the money. That means unless they can figure out a way to make supporting an openly LGBT athlete make money, they aren’t going to risk threatening their brand.”

Sem querer generalizar os posicionamentos de atletas LGBT entrevistados/as, muitos/as deles/as se encontravam reproduzindo valores convencionais do esporte competitivo, “conformados” e “assimilados” dentro do espaço esportivo que por eles era criado e “ocupado” (Camargo, 2012). O que abre a perspectiva de deslocamento do olhar é justamente pensar que se ocupam um espaço dentro do “sistema esportivo global” (Rial, 2008), pode-se pensar que toda ocupação é uma forma de reconfiguração do espaço ocupado e, nesse sentido, talvez numa reconsideração, o “esporte LGBT” possa oferecer elementos interessantes para repensar o próprio sistema (no caso, do esporte *mainstream*).

Segundo alguns, o momento seria crucial para pensar em tal problematização, pois há que procurar alternativas para o impasse reinante na “anêmica agenda política que domina as políticas contemporâneas LGBT atualmente, ao menos na América do Norte” (Muñoz, 2009, p. 19, tradução nossa), e isso incluiria repensar o papel do esporte perante grupos sexualmente excluídos. Dentro do escopo teórico de autores que se dedicam a inter-relacionar esporte e sexualidade, há o conceito de *queering the context*, isto é, “subvertendo o contexto”, que diria respeito a práticas sociais feitas no intuito de mudar, transformar o entorno onde se dão. Tendo por base os discursos mais radicais ligados à política e à sexualidade, tal conceito foi encampado por teóricos que consideram o ativismo *queer* como disruptivo, antiassimilacionista e pós-identitário. Alguns deles tratam do esporte em suas pesquisas.²⁵

Como destacamos, os diversos corpos que habitam os espaços esportivos institucionalizados apresentam pontos de fuga dentro de um todo maior que é o esporte, e questionam até que ponto as normativas (inseridas em regras, regulamentos e *savoir-faire*) presentes nas categorias de disputa e na biomecânica dos corpos são, de fato, incontestáveis. A presença de corpos dissonantes nas arenas esportivas, seja por seu gênero, sua estética ou funcionalidade, possui uma eficácia simbólica e faz repensar o que se está instituído do ponto de vista médico, social e legal. Particularmente sob perspectiva do saber médico,

²⁵ *Sport, sexualities and queer/theory* é uma coletânea organizada por Jayne Caudwell (2006), uma pesquisadora sênior em Sociologia do Esporte e Culturas do Lazer, da Universidade de Brighton, Inglaterra. É a primeira antologia publicada sobre gênero, sexualidade e teoria *queer* e sua inter-relação com o esporte, lançando-se à compreensão de como a sexualidade é experimentada, representada e negociada em diferentes contextos esportivos, por distintos corpos.

entretanto, alguns corpos podem ser entendidos como disfuncionais e lhes ser requeridos tratamentos terapêuticos para se adequarem às normas estabelecidas, como é o caso dos atletas intersexos ou transgêneros. É o que refletiremos a seguir.

Além dos limites da carne, do gênero e da *performance*²⁶

Pesquisador: E como é participar das competições *queer*?

Xiang: Olha [pausa]. Não é. Não são competições *queer*, são competições *gays*. Se fosse *queer* eu e minhas irmãs poderíamos participar. Mas é sempre a mesma coisa. A gente não tem espaço. Lá em Sydney [Gay Games de 2002] a gente teve até uma atenção. Mas depois, nada mais. Então a gente vem para os jogos fazer nosso *show*. E é isso. O resto é sempre a mesma coisa. [...]

P: O que você quer dizer? Vocês não participam como grupo no voleibol?

X: Sim, participamos. Mas não é isso ao que estou me referindo. É tudo sempre *gay* e lésbica, *gay* e lésbica. A gente tem que ser *gay* ou lésbica. Não dá pra ser outra coisa, certo? Eu não quero ser *gay* ou lésbica. Sou mulher, mas sou trans [transsexual]. Diria que sou mulher, mas especial, não sou *gay* ou lésbica, entendeu? [...] Agora preciso ir. Vamos jogar agora – e foi saindo.

P: Por favor, posso mais tarde falar com você e com as jogadoras de seu time?

X: É pra televisão? – perguntou.

P: Não... É para uma pesquisa sobre esporte.

X: Ihhhh, *sorry*, acho que não vai ser possível.

(Conversa com Xiang, 27 jul. 2009).²⁷

²⁶ O material trabalhado nesta seção é inédito, não publicado e foi extraído e adaptado a partir da tese de doutorado de Camargo (2012).

²⁷ A equipe de vôlei toda é composta por transexuais (no caso, trans-mulheres) e elas exigem que sejam chamadas por nomações femininas. Cabe aqui uma nota sobre a distinção entre pessoas transgênero e cisgênero. Neste texto entendemos como *transgênero* a pessoa que não se identifica com o sexo designado no nascimento (de acordo com sua fisiologia), preferindo assumir o gênero oposto (em fase transitória ou final, no caso cirúrgica). *Cisgênero* é a pessoa que se identifica com o sexo/gênero imposto socialmente.

O trecho destacado anteriormente foi uma rápida conversa com Xiang, uma extrovertida transexual tailandesa, a mais antiga jogadora do grupo de voleibol da Tailândia. O ambiente era o dos II World OutGames, uma competição mundial LGBT, que estava ocorrendo em Copenhague, Dinamarca, no ano de 2009. Não chegou a ser uma entrevista, mas uma conversa rápida, pois Xiang disse não estar interessada em assuntos da “agenda LGBT”. Afinal, a pesquisa em pauta “não era para a televisão!”.²⁸

Seja por desinteresse, seja pela dificuldade de se expressar em inglês, uma possível recusa à entrevista pode se relacionar a uma “vergonha” pela condição que ali ocupa, qual seja, a de transexual numa competição esportiva em que a maioria é composta por “gays e lésbicas”. Outros/as interlocutores/as da investigação já tinham adiantado que falar com as jogadoras/atletas trans sempre era “bastante complicado”, nos termos deles/as.

De uma parte, elas atraem a atenção pelo modo feminino como se vestem e como se mantêm sempre asseadas, com unhas pintadas, cabelos compridos e usando maquiagem. A equipe tailandesa é a que mais cuida do visual entre todas as equipes participantes. E o que é fato: sempre estão acompanhadas de homens *gays* e de beleza-padrão, como corpos musculosos e definidos. Por outro lado, elas são adversárias duras para qualquer time de voleibol masculino da série A (considerada o mais alto nível de todos os grupos, havendo ainda os níveis B e C), série na qual elas têm que se inserir, pois em geral as organizações dos eventos não permitem que jogadoras mulheres trans joguem com as lésbicas na “categoria feminina” (pela suposta “desigualdade formal de chances”, pois biologicamente são consideradas ainda “corpos masculinos”).

Para as jogadoras tailandesas trans, o voleibol parece ser mais uma mistura de esporte e dança, do que propriamente *performance*. Os movimentos leves em quadra mostravam um *ballet* esportivo, com saques ornamentais, graciosas subidas à rede, delicados gestos no arrumar os cabelos e mesmo o cuidado com o traje sempre no lugar, independentemente da ação brusca executada. No entanto, o mais paradoxal é que tal expressividade conseguia

²⁸ Supõe-se que a referência “ao estrelato” aqui seja uma menção indireta ao filme *As damas de ferro* (2000). Como Xiang era a mais antiga do grupo das tailandesas, talvez tivesse participado desta produção cinematográfica, visto que se sabe pelo filme que parte do elenco era composto por voleibolistas trans-mulheres que jogavam à época nesses tipos de competições.

revestir-se de rendimento e desempenho atléticos, visto que a campanha do time, naquele campeonato em particular, foi vitoriosa.²⁹

Algo que impressionou na competição de voleibol nos jogos mundiais em Copenhague foram as contendas em que as atletas tailandesas trans jogaram com testosteronados jogadores *gays*. Por exemplo, o jogo entre elas e os brasileiros sarados, oriundos do Rio de Janeiro, é digno de nota. Por mais esforço que eles fizessem, a bola não caía do outro lado da rede e os pontos eram todos tailandeses. O jogo das tailandesas era plástico, estilístico e eficiente. Um a um e elas foram ganhando os *sets*. Os brasileiros reagiram e conseguiram apenas prolongar seu sofrimento. A vitória tailandesa foi inevitável!

Um dado fundamental trazido por Xiang é a questão da invisibilidade dos atletas que fogem do estereótipo dominante de *gays* e lésbicas “normalizados”, no cenário da competição. Há, aqui, dois aspectos importantes a serem observados: a) invisibilidade étnica de sujeitos “não brancos”; e b) invisibilidade de “gêneros desviantes”, se podemos assim arbitrariamente classificar os corpos que não se adéquam às diretrizes homonormativas masculinas/femininas, impostas por corpos atléticos de *gays* e lésbicas.

Apesar de se encontrar num lugar em que a diversidade de gênero deveria emergir e se fazer presente, ela é mascarada e encoberta pela hegemonia *gay* masculina e lésbica feminina. As variações chegam às *sissy girls* de um lado, e às *butch* ou *tomboys* de outro – para utilizar as classificações de Judy “Jack” Halberstam (2008).³⁰ Os binarismos de gênero, infelizmente, reproduzem-se à semelhança de quaisquer outros cenários esportivos heteronormativos, ou seja, corpos são divididos em masculino e feminino, porém com certo “borrão” de fronteiras, dependendo do contexto social ou da empolgação.

Nos diversos eventos e na maioria das modalidades esportivas, no contexto europeu, locais separados para pessoas transgênero eram raros, senão inexistentes. Exceções eram os modernos ginásios poliesportivos, onde, pela quantidade de banheiros existentes, havia alternativas a serem disponibilizadas. Para Halberstam (2008) há um verdadeiro “problema dos banheiros” (e

²⁹ Lembrando uma discussão importante, rendimento e desempenho são variáveis inter-relacionadas, mas são independentes. Uma equipe pode ter desempenho favorável em partidas, mas não obter rendimento satisfatório para vencer um campeonato e ganhar uma medalha. Ou, por outro lado, pode ter rendimento o suficiente que lhe permita obter medalha, porém com desempenho atlético mediano/mediocre durante as etapas classificatórias.

³⁰ Outra autora que tem requisitado tratamento no masculino, pelo nome “Jack”.

dos espaços) no tocante à temática trans. A autora destaca: “Por esta razón es crucial que se reconozca que el problema de los servicios es mucho más que un fallo en la maquinaria de la segregación del género: es mejor describirlo como una aplicación violenta de nuestro actual sistema de género” (Halberstam, 2008, p. 48).

Por sua vez, Griffin (2011) ressaltou que a inclusão de atletas trans é a próxima pauta na agenda do movimento esportivo LGBT. E destacou que tal processo deve se iniciar com a disponibilização de espaços alternativos aos convencionais, principalmente no tocante à intimidade e ao privado. Por inúmeras razões (além das de gênero e sexuais), um indivíduo prefere estar em lugar mais reservado, tanto para suas necessidades fisiológicas quanto para trocar suas roupas. Por isso, diz:

Todos os vestiários deveriam ter algumas acomodações para os atletas que querem privacidade, por qualquer motivo. Atletas individuais podem ter muitas razões para querer uma área privada no vestiário para trocar de roupa ou banhar-se que não estejam relacionadas ao medo de atenção sexual. Essas razões incluem proibições religiosas, modéstia pessoal, inferioridade sobre a imagem corporal ou apenas timidez. (Griffin, 2011, p. 23, tradução nossa).³¹

Não estamos certos se devemos defender, mesmo nessas circunstâncias, espaços exclusivos e circunscritos. Corremos o risco de reproduzir erros do passado, como a separação de locais para brancos e para negros, conforme se passou, por exemplo, nos EUA e em outras partes do mundo ocidental nos idos do século XX. No entanto, basta andarmos por ginásios e quadras das competições internacionais LGBT para perceber que, apesar de destacadas pela sua diferença física e comportamental, atletas transgêneros permanecem invisíveis. E isso ocorre não por sua reduzida presença (apenas), mas sim pela falta de adequação à massa homogeneizante e normativa.

Se pós-revolução sexual a questão do banheiro apenas para “bio-mulheres” veio à tona como problemática do feminismo, hoje veríamos a demanda de banheiros/vestiários para pessoas *trans* como uma demanda do ativismo

³¹ No original: “All locker rooms should have some accommodations for athletes who want privacy for any reason. Individual athletes might have many reasons for wanting a private area in the locker room to change clothes or shower that are unrelated to fear of sexual attention. These reasons include religious prohibitions, personal modesty, inferiority about body image, or just plain shyness.”

queer? Para além dessa questão, seria possível pensar numa categoria “trans” similar às “masculina/feminina”, aplicada aos esportes para efeito competitivo? Como equacionar a igualdade de chances de homens-trans (que não são bio-homens) ou de mulheres-trans (que não são bio-mulheres) numa suposta competição esportiva que tenha a categoria “trans”?

Lembrando, uma vez mais, como destaca (Halberstam, 2008, p. 187), que “transgénero expresa una identidad de género que está definida, al menos en parte, por la transitividad [...]” e por isso é preciso entender essas categorias (e suas derivações) como processuais e transitórias. Portanto, seria “Female-to-Male” (FTM) alguém em “transição” “mulher-para-homem” e Male-to-Female” (MTF), alguém no trânsito de “homem-para-mulher”. Como essa “transitoriedade de gênero”, se podemos assim assinalar, poderia fazer o mundo das categorias, regras e regulamentos esportivos se repensar?

Tais problematizações aqui trazidas discutem fenômenos além-corpo normativo e além-esporte e por isso mesmo são importantes de serem abordadas; para mostrar, efetivamente, que não é mais possível “achatar” sujeitos e subjetividades com rolos compressores homogeneizantes e normalizadores, de gênero/sexualidade ou qualquer outra designação.

Historicamente, o envolvimento de pessoas trans e sua inclusão no programa esportivo dos Gay Games só se tornou possível na quarta edição, que ocorreu na cidade de Nova Iorque, em 1994, nos Estados Unidos. Isso porque, nos anos que se seguiram ao advento dessas competições, segundo Symons e Hemphill (2006, p. 113, tradução nossa), “para os primeiros organizadores dos Gay Games [...] o esporte era visto como um excelente veículo para popularizar *gays* e lésbicas, isto é, para ‘normalizá-los’ aos olhos da sociedade heterossexual”.³² E, portanto, comportamentos desviantes ou mesmo corpos não normativos não ajudariam a desmistificar os estereótipos negativos em relação ao estilo de vida de homossexuais masculinos e femininos.

Xiang mencionou “Sydney” e foi exatamente nessa edição dos Gay Games que uma clara política de “necessidades especiais” foi estruturada. Quando, durante pesquisa etnográfica (Camargo, 2012), foi entrevistado um francês de 42 anos, militante e corredor assíduo, que presidia a Associação

³² No original: “For early Gay Games organizers [...] sport was seen as an excellent vehicle to mainstream gay men and lesbians, that is, to ‘normalise’ them in the eyes of straight society.”

Internacional de Atletismo de Gays e Lésbicas (Gay and Lesbian International Track Association),³³ fez-se possível entender melhor a questão.

Segundo mencionou, em Sydney, Austrália,

[...] foi quando a política da FGG funcionou para integrar pessoas transgênero. Lá houve uma grande discussão sobre eles/elas, pois foram os primeiros jogos em que eles apareceram. E até aquele momento não era discutido nada para eles/elas. Realmente os jogos australianos puseram em prática uma regulamentação que depois ficou incorporada nas ações dos GG. Agora, nós sabemos que nem sempre é assim. Tá no papel, mas... [riu irônico]. (Caderno de campo, agosto de 2010).

Os Gay Games de Colônia 2010, por sua vez, foram sumariamente padronizados e restritivos aos formatos já conhecidos das divisões “masculina” e “feminina”. Nem no QG central do atletismo, nem nas quadras de voleibol, muito menos na mesa de resultados da natação havia qualquer referência documental aos “portadores de necessidades especiais”, fossem pessoas trans ou com deficiência, por exemplo.³⁴ Por causa disso, um grande debate político foi estabelecido nos bastidores por algumas pessoas e as Políticas de Identidade de Gênero (Federation of Gay Games, [s.d.]),³⁵ não ativas durante o evento, saíram “do ar” no *website* da FGG.

Em 2010, em termos regulamentares, vigorou o seguinte no tocante a tal “política inclusiva”:

The organizers of the Cologne Gay Games will offer just the right event for your taste:

For leather guys, bears, fashion victims or just passionate party people

For ladies, butch and *everyone in between*

³³ Na verdade, é uma associação apenas de provas de pista, pois o atletismo como esporte contém provas de pista e campo. O francês em questão apenas coordenava ações no mundo que dizem respeito às provas de pista desse esporte.

³⁴ Utilizamos tal expressão “portadores de necessidades especiais” de modo irônico, pois hoje no “movimento social da deficiência” se diz “pessoas com deficiências” – Débora Diniz (2007) havia destacado as transformações no termo quando se troca o modelo médico da deficiência pelo modelo social – e o termo antigo virou sinônimo de chacota entre os próprios deficientes. Analogamente, no âmbito LGBT, poder-se-ia dizer “pessoas trans”.

³⁵ Conforme anúncio no *site* da federação: “The current Gender Policy, in effect with minor modifications for Gay Games VIII, and subject to revision for Gay Games IX 2014, can be found [HERE](#).”

For sporty people and the cultural interested
For volunteers
For people from inside and outside Cologne
For gays and friends
For everyone who likes good music, relaxed atmosphere and exciting people.
(*Events*, 2010, grifo nosso).

No documento destinado aos participantes, a única menção onde as pessoas transgênero potencialmente se encaixariam era “everyone in between”, na sessão “festas”. Nada mais foi encontrado.

Consequentemente, portanto, a equipe de atletas transexuais da Tailândia compete na categoria masculina, apesar de serem magras, detentoras de unhas e cabelos compridos e, provavelmente, “alimentadas” por hormônios femininos (para desenvolver caracteres femininos, como mamas, supressão de pelos, curvas largas no quadril, etc.). Não seria o caso, então, de pensarmos numa possibilidade em que atletas de quaisquer gêneros pudessem competir pelos seus níveis hormonais? Ou ainda, pensarmos num sistema regulado por milimetragens de testosterona e estrógenos, colocando em combate distintos corpos?

À guisa de conclusão: notas sobre a produção, manipulação e (auto)controle dos corpos no ambiente esportivo

Se as bio-mulheres futebolistas são o limite para se pensar práticas aprisionadas ou estigmatizadas a partir do binômio masculino/feminino do futebol, trouxemos exemplos de outros corpos desgenerificados (ou desidentificados com o gênero a eles atribuído)³⁶ que habitam sistemas esportivos paralelos ao *mainstream* e que colocam os corpos heterossexuais, hábeis e hegemonicamente masculinos igualmente em xeque, tanto no que diz respeito à afirmação da supremacia de suas existências quanto no tocante à eficácia que se autoinstituem. Corpos de bio-mulheres, gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans (tecno-homens e tecno-mulheres) passam a conferir múltiplas dimensões possíveis de consideração das práticas esportivas, algo que até

³⁶ A desreferencialização ou a desidentificação é uma condição de emergência do político como possibilidade de transformação da realidade. Isso já nos adiantou Lyotard (1986) acerca do sujeito no pós-moderno e Gumbrecht (1998), sobre os três conceitos característicos da situação pós-moderna.

então a expressão masculinista do mundo esportivo pouco (ou nada) tinha considerado.

Nesse sentido, e de comum acordo com Preciado (2008, 2010), concordamos que o gênero é tecnicamente produzido e o “ser homem” (bio ou trans/tecno) e o “ser mulher” (bio ou trans/tecno) é um produto do capitalismo avançado que depende de reconhecimento visual, produção performativa e controle morfológico comuns. E, segundo o autor, seria mais adequado falar em “tecnogêneros”, “si queremos dar cuenta del conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, quirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas o cibernéticas que constituyen performativamente la materialidade de los sexos” (Preciado, 2008, p. 86).³⁷

Tomando seus argumentos contextualizadores, vivemos num mundo de subjetividades capturadas por uma gestão biomidiática de controle planetário, tanto via molecular quanto via produção de conexões audiovisuais (por isso são controladas e se autocontrolam); e, dessa forma, se faz importante entender que estamos na era de um novo “regime farmacopornográfico” da sexualidade. Tal regime se instaurou com a invenção da categoria “gênero”, a partir dos discursos médicos e tecnológicos da metade do século XX.³⁸

Esse novo regime não transforma apenas o sexo em “objeto de gestão política da vida”, segundo Preciado (2008), mas opera mais sofisticadamente pela oscilação entre dois polos, estruturados e autossustentados, que funcionam mais em oposição do que em convergência: o farmacológico e o pornográfico. O primeiro deles é representado pela indústria farmacológica das drogas, lícitas ou ilícitas, e do aparato médico e cosmético, que tornam a “vida medicalizada e feliz”, numa expressão de Couto (2009). O outro, por seu turno, é produto da indústria pornográfica, que se disseminou em escala global através dos cabos de fibra ótica e por sinais de satélite, nos últimos anos.

A partir de discursos de poder (frequentemente investidos na área médica, mas não apenas), o “corpo esportivo ideal” é moldado e produzido, e as

³⁷ Isso porque antes mesmo de as intervenções cirúrgicas ou hormonais se transformarem nas vedetes de uma era de desenvolvimento tecnológico no século XX, a invenção da fotografia em meados do século XIX vai ser fundamental para a produção do novo sujeito sexual, pois a foto conferirá pela primeira vez um valor de realismo visual à produção técnica do corpo.

³⁸ Na verdade, o primeiro a introduzir a noção de gênero foi John Money, um psicólogo infantil que tratava bebês intersexuais. Seu livro de 1972, com Anke Ehrhardt, foi a primeira importante referência sobre o assunto (Sagarin, 1973).

regulamentações todas são estabelecidas para determinar o que é ou não permitido nos espaços do esporte. E o mais irônico é que o regime farmacopornográfico da sexualidade que induz/produz tais discursos não funciona sem a circulação de uma enorme quantidade de fluxos semiótico-técnicos (fluxos de hormônios, medicamentos, silicones, fluxos digitais, textuais e afins). De acordo com Preciado (2008, p. 88, tradução nossa), nessa “economia política do sexo, a normalização da diferença depende do controle, da reapropriação e do uso desses fluxos de gênero”.³⁹

Dessa forma, os diagnósticos, as patologias e as intervenções (hormonais, cirúrgicas, medicamentosas) parecem ser expressões que definem bem o ciclo ao qual se submetem os/as atletas tecno-homens ou tecno-mulheres que estejam “fora da ordem” corporal e/ou subjetiva. A ordem a que se recorre deve ser baseada em *performances* que são medidas e medicalizadas (e por que não, aprisionadas em guias médicas, orientações e procedimentos). No tocante ao gênero, a heterossexualidade compulsória/obrigatória (Rich, 1999) dá unidade às diferenças binárias, se transforma em molécula comercializável (pílulas contraceptivas, hormonais e afins), e reafirma os modelos de masculinidade e feminilidade em voga.

Da mesma forma, as entidades que dirigem e controlam fluxos de capitais e pessoas no esporte ainda não conseguiram (ou talvez não tenham interesse em) visibilizar outras expressões de gênero e promovem a manutenção do dimorfismo sexual dentro da ordem discursiva e da realidade física (dos eventos), sem repensar a separação criada para promover uma suposta “igualdade de condições” entre competidores/as. Portanto, são elas os bastiões não apenas da masculinidade (construída e reafirmada continuamente) como valor primeiro no esporte, mas também de quais são os “parâmetros mínimos aceitáveis” para a participação esportiva. São esses parâmetros, que passam igualmente pelo uso das biotecnologias, que definem os corpos autorizados/naturalizados e os excluídos/patologizados.⁴⁰

³⁹ Ortega, Bachiller e Dauder (2008) afirmam que os protocolos médicos não questionam algumas das regulações existentes, como: 1) a existência de apenas dois sexos; 2) a possibilidade de um único sexo, designado por médicos; 3) a coerência entre sexo, gênero e desejo heterossexual; e 4) apenas uma identidade de gênero, fixa e irreversível.

⁴⁰ A estipulação de padrões de adequação hormonal leva ao constante monitoramento de pessoas, o que gera inquietação com suas identidades sexuais e de gênero (Silveira; Vaz, 2014). Exemplo disso foi a corredora sul-africana Caster Semenya, cujos exames revelaram três vezes mais testosterona que o esperado (Atleta sul-africana..., 2009).

Os testes hormonais utilizados na atualidade verificam os níveis de testosterona e andrógenos. Como sempre, o argumento é de que o objetivo dessa testagem é evitar que os/as competidores/as se excedam em relação aos ganhos atribuídos ao hormônio masculino (cuja venda e uso são controlados via prescrição médica). Ao controlar a testosterona, evita-se também a dopagem bioquímica, que possui efeito de agentes anabolizantes.

Entretanto, não tomemos aqui os corpos dissonantes e desgenerificados presentes em dadas instâncias do sistema esportivo global como simplesmente excluídos e se conformando em sua “docilidade” perante organismos internacionais. Assumimos aqui que tais corpos, longe de serem dóceis, como Foucault (2004) indicou em *Vigiar e punir*, tornam-se potências políticas, seja no futebol ou outros esportes, e, a partir das considerações de Preciado (2008), criam novas formas de subjetivação.⁴¹ Eles não são um simples efeito dos sistemas farmacopornográficos de controle, mas são antes de tudo potência de vida (*potentia gaudendi*) que deseja transferir-se a tudo e a todos, num planisfério interconectado.⁴²

Órgãos internacionais esportivos, tais como a International Association of Athletics Federations (IAAF), advogam que a testosterona (mesmo que naturalmente produzida) proporciona aumento de força, massa muscular e recuperação física. Esses argumentos levaram à proibição da participação de Caster Semenya e da velocista indiana Dutee Chand entre 2009 e 2015 em competições internacionais, por considerarem que elas infringiram regras de hiperandrogenismo (Atleta indiana..., 2015). Os casos exemplificados de Semenya e Chand levantam questões éticas, científicas e legais sobre bio-mulheres não brancas, com aparência física forte, e provenientes de países orientais, historicamente considerados pobres e não desenvolvidos. Felizmente, e

⁴¹ Preciado critica Foucault por ter deixado passar um conjunto de transformações profundas das tecnologias de produção de subjetividade que se sucedem a partir da Segunda Guerra Mundial e que contextualizam um terceiro regime de subjetivação ou de saber-poder, “nem soberano, nem disciplinar, nem pré-moderno, nem moderno, um regime que toma em consideração o impacto das novas tecnologias do corpo na construção da subjetividade” (Preciado, 2008, p. 66, tradução nossa), justamente o que caracteriza a “sociedade farmacopornográfica”.

⁴² Nos dizeres de Preciado (2008, p. 94, tradução nossa), “o corpo, na era farmacopornográfica, não é uma matéria passiva, mas uma interface tecno-orgânica, um sistema tecno-vivo segmentado e territorializado por diferentes modelos políticos (textuais, informativos e bioquímicos)”. A *potentia gaudendi* é a potência produtora de capital fixo, de capital ejaculante, e qualquer corpo, humano ou animal, real ou virtual, feminino ou masculino possui tal potência masturbatória.

por um recurso ainda não julgado na IAAF, ambas participaram dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Algumas/alguns atletas na atualidade, no entanto, transgrediram as expectativas de corpo e *performance* prescritas e esperadas para elas/es. O triatleta estadunidense Chris Mosier, o lançador de martelo estadunidense Keelin Godsey e a própria corredora indiana Dutee Chand, já comentada. Chris e Keelin são tecno-homens (FTM, no caso) e tiveram que passar pelo processo de transição hormonal a fim de competirem.

Dutee Chand, entretanto, provoca tamanha desestabilização no sistema esportivo, que chega a ser tratada como uma “não mulher” atleta pelas entidades organizadoras, devido aos seus níveis de testosterona considerados acima do “esperado” (leia-se “normal”), embora não se tenha encontrado nenhum indício de dopagem. A velocidade e força de Chand têm sido comprovadas como “naturais”, contradizendo o que os órgãos esportivos tentam provar. Ou seja, em termos éticos, ela estaria dentro dos padrões; contudo, em termos do que as entidades esportivas consideram como “normal” para uma “bio-mulher”, ela estaria além dos limites estipulados.

Corpos de pessoas trans (tecno-homens ou tecno-mulheres), no limite, são casos interessantes de serem considerados. Ao passo que, em fins do século XIX, fenótipos de gênero desviantes eram tratados como anormais e aberrações que não serviam para nada a não ser atrações de *freak shows* em circos (a mulher barbada é um desses exemplos), no regime farmacopornográfico viram objeto de intervenção estatal para “normalização hormonal” e adequação às características de gêneros assignadas. Do circo às clínicas de estética, o que vemos em desenvolvimento é uma ficção somato-política produzida por um agregado de tecnologias e procedimentos, que maquiagem a realidade e tentam nos convencer das certezas instituídas do que é “ser homem” e “ser mulher”.

No esporte, mais do que tudo, os órgãos de controle mantêm uma vigilância constante sobre corpos tecno (homem ou mulher), principalmente do que designam gêneros “in between” (intersexo). Colocam, assim, tudo sob a designação de “luta contra o *doping*”. Historicamente, conforme Silveira (2013) destacou, a partir de 1968 o Comitê Olímpico Internacional (COI) instituiu uma comissão médica para realizar os testes *antidoping*, mas foi a partir de 1999, devido a denúncias de corrupção e falta de responsabilidade desse organismo, que foi criada uma agência internacional *antidoping* independente, a World Antidoping Agency (WADA), com sede em Montreal, Canadá.

Os testes de “verificação de gênero” para evitar “fraudes”, instituídos pelo COI nos anos 1960, iniciaram-se com a verificação da existência (ou não) dos órgãos sexuais reais (análise da anatomia externa), de acordo com Dauder (2011), pesquisadora espanhola que escreve sobre psicologia, feminismo e teoria *queer*. Em 1968, se iniciou a análise da cromatina sexual (concepção cromossômica). Os testes eram realizados com a intenção de evitar que bio-homens se disfarçassem de bio-mulheres. Entretanto, o excesso de erros de interpretação fez com que se mudassem os procedimentos, pois algumas bio-mulheres (do ponto de vista fenotípico) tinham padrões de cromatina de homens, devido a “anormalidades congênitas”. Entre 1968 a 1998, elas precisaram passar por inspeção física ou teste cromossômico. Tal teste, porém, não considerava a anatomia ou *status* psicossocial.

Em 1992, o teste de reação ao gene SRY (concepção genética)⁴³ tentava aperfeiçoar as tecnologias de identificação dos sexos. Entretanto, apesar das formas de detecção via laboratorial, adicionou-se a consideração do sexo psicológico (desde criança), demonstrando também a importância da subjetividade desses indivíduos na sua classificação. Mais recentemente, a partir das Olimpíadas de Londres 2012, o COI adotou políticas de regulação a partir do hiperandrogenismo. Dessa forma, instituiu-se um “passaporte biológico de atleta”⁴⁴ (investido de saberes médicos), embora os efeitos da testosterona ainda sequer sejam plenamente entendidos nos diferentes corpos.

Em relação aos variados modos de produção, manipulação e controles adotados no meio esportivo, pode-se perceber que eles têm sofrido transformações desde a ideia inicial de revelar quais são “verdadeiras mulheres” (bio-mulheres, no caso), ou quais “mulheres são homens de fato” – e essas ideias se vertem numa grande falácia se tomarmos os argumentos de Preciado (2008). O argumento sempre é de impedir “vantagens competitivas” e revelar,

⁴³ É o gene da região determinante do sexo do cromossomo Y: “A identificação do gene SRY, no braço curto do cromossomo Y, no início da década de 90, permitiu o esclarecimento de uma importante etapa no processo de determinação da gônada embrionária masculina [...] A forma clássica de homem XX, que apresenta genitália masculina normal, foi relacionada à presença de SRY no genoma, enquanto os homens XX com ambiguidade genital usualmente não apresentam material de Y detectável” (Domenice et al., 2002, p. 435).

⁴⁴ Marcos Silbermann (2014, p. 3, grifo do autor) explica que o Athlete Biological Passport (ABP) é um mecanismo de monitoramento dos parâmetros biológicos (através de amostras de sangue e de urina) e de controle do *doping*. Implementado pela WADA desde 2009, objetiva auxiliar na “[...] luta pela integridade do esporte, que protegeria o trabalho duro e o talento dos chamados atletas limpos”.

dentre as (bio-)mulheres, quais podem ser consideradas “verdadeiras atletas”, impedindo as que porventura estivessem tentando “trapacear” conquistando vitórias “ilegítimas”. Pode-se perceber que a separação homem/mulher é tão significativa que a ideia de disputas mistas é rejeitada como atitude antiética – algo que começa a ocorrer em modelos esportivos alternativos, como Gay Games e OutGames.⁴⁵

Uma reviravolta na trama se deu nos últimos tempos, quando o COI liberou novas diretrizes sobre mulheres trans (entendamos aqui tecno-mulheres), isto é, essas não precisarão passar por cirurgia de transgenitalização para poderem competir, mas terão de comprovar que mantém níveis inferiores a 10 nanomols de testosterona por litro de sangue anteriores a um ano da competição (IOC..., 2016). Anteriormente, eram necessários dois anos de tratamento hormonal antes da liberação para competições. As mudanças no processo de reconsideração sobre esses corpos são interessantes na medida em que não dizem respeito apenas aos fenótipos e genótipos, e nem acerca da redesignação de sexo (via cirurgia). Entretanto, as restrições em relação à testosterona lhes torna difícil estarem aptos à competição sem o acompanhamento médico e o uso de substâncias.

Em que medida o ser “tecno-homem” ou ser “tecno-mulher” influencia nos rumos do esporte *mainstream*? Até que ponto a separação de implementos, de tempos, de pesos, de provas ou quaisquer outros fatores que se apresentam no universo esportivo não são estratégias edificadas para justificar o domínio e a proeminência do masculino, via força, virilidade, eficácia, combatividade, poder, todos valores instituídos e legitimados? Se viabilizarmos a implosão do modelo binário “bio”, modelo de gêneros naturalizados, daremos possibilidade às desreferencializações e desgenerificações a corpos outros que habitam os esportes, desestabilizando prerrogativas instituídas.

Embora ainda se perceba que os padrões promovidos pelos Gay Games e OutGames ainda não extrapolem totalmente a lógica da pedagogia corporal empregada pelo sistema esportivo *mainstream*, percebe-se que as tensões

⁴⁵ Em pelo menos duas edições dos Gay Games (edições de 2010-Colônia e 2014-Cleveland) e uma edição dos OutGames (Antuérpia-2013) duas modalidades foram implantadas ou misturando gêneros na participação ou implementando esportes que tradicionalmente não eram feitos por “homens” ou “mulheres”. Foi o caso da patinação artística com duplas masculinas e o nado sincronizado para homens e grupos mistos.

geradas são importantes na medida em que nos atentam às possibilidades de emancipação. Os modelos de competição à disposição não podem ser tomados como efeito do funcionamento de uma engrenagem esportiva globalizada, mas como ela própria é produtora de pequenos movimentos e novas configurações a partir de relações micro-micro, que se dão quando por contingências dos atores, quando imaginam, compõem e circunscrevem o mundo enquanto uma estrutura macro.

Conforme exposto no decorrer do texto, no campo esportivo existem corpos que apresentam alterações biotecnológicas, fisiológicas, hormonais; subjetividades que rompem com a linearidade e impactam a construção de uma comunidade esportiva mais inclusiva, seja em modalidades como o futebol ou outras. Esses corpos atléticos apresentam uma cartografia corporal não normativa, que postula fronteiras mais permeáveis ou flexíveis, destacando a necessidade de superação de limites impostos, seja pelo próprio corpo, seja pelos contentores externos (marcas e recordes). A necessidade instaurada de superação de tais limites (sejam eles quais forem) advém da própria subjetividade em transformação, a partir de experiências, desejos, desafios e mesmo das demandas do corpo.

Referências

ANDERSON, E. *In the game: gay athletes and the cult of masculinity*. New York: State University of New York, 2005.

ATLETA INDIANA é proibida de correr por produzir hormônios masculinos. *Esporte Espetacular*, 7 mar. 2015. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2015/03/atleta-indiana-e-proibida-de-correr-por-produzir-hormonios-masculinos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

O ATLETA paraolímpico Oscar Pistorius entra para a história do atletismo mundial. *Clube das Corridas*, 2011. Disponível em: <http://www.clubedascorridas.com.br/profiles/blogs/o-atleta-paraol-mpico-oscar-pistorius-entra-para-a-hist-ria-do?xg_source=activity>. Acesso em: 20 dez. 2011.

ATLETA SUL-AFRICANA tem o triplo de testosterona que o normal. *Estadão*, 25 ago. 2009. Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,atleta-sul-africana-tem-o-triplo-de-testosterona-que-o-normal,424475>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm>. Acesso em: 20 dez. 2011.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CAMARGO, W. X. *Circulando entre práticas esportivas e sexuais: etnografia em competições mundiais esportivas LGBTs*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CAMARGO, W. X. Nos armários da sexualidade: polêmicas no futebol alemão. *Contemporânea (uma quase revista)*, Florianópolis, v. 3, p. 10-11, 13 jan. 2013.

CAMARGO, W. X. *Corporalidades disruptivas? Considerações antropológicas sobre práticas esportivas específicas*. 2014. Trabalho completo apresentado. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 3-6 de agosto de 2014.

CAMARGO, W. X. *Relatório parcial de pesquisa*. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2015.

CAUDWELL, J. (Ed.). *Sport, sexualities and queer/theory*. London: Routledge, 2006.

COUTO, E. S. Corpos dopados, medicalização e vida feliz. In: RIBEIRO, P. C.; SILVA, M. S.; GOELLNER, S. V. *Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente*. Rio Grande: Ed. da FURB, 2009. p. 43-53.

AS DAMAS DE FERRO. Direção: Y. Thongkonthun. Bangkok: Thai Entertainment, 2000. 104 min, 35 mm.

DAMO, A. S. *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec, 2007.

DAUDER, S. G. Las fronteras del sexo en el deporte: tecnologías, cuerpos sexuados y diferencias. *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2011.

DEFICIÊNCIA de testosterona não é única causa de alterações no corpo de homens de meia idade. *O Globo*, 12 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/saude/deficiencia-de-testosterona-nao-unica-causa-de-alteracoes-no-corpo-de-homens-de-meia-idade-9929829>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DINIZ, D. *O que é deficiência?*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DIRIGENTE diz que seleção feminina do Irã conta com pelo menos oito homens. *UOL Notícias*, 30 set. 2015. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/09/30/dirigente-diz-que-selecao-feminina-do-ira-counta-com-pelo-menos-oito-homens.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

DOMENICE, S. et al. Aspectos moleculares da determinação e diferenciação sexual. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 433-443, 2002.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 321-348, 1997.

ENG, H. Queer athletes and queering in sport. In: CAUDWELL, J. (Ed.). *Sport, sexualities and queer/theory*. London: Routledge, 2006. p. 49-61.

ENG, H. Doing sexuality in sport. *Journal of Homosexuality*, New York, v. 54, n. 1/2, p. 103-123, 2008.

FEDERATION OF GAY GAMES. *Gender identity policies*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.gaygames.com/index.php?id=208>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOELLNER, S. V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista de Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-51, abr./jun. 2005.

GOELLNER, S. V. Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 34, p. 45-52, 2013.

GRIFFIN, P. The culture of the closet: identity-management strategies of lesbian college coaches and athletes. In: GRIFFIN, P. *Strong women, deep closets: lesbian and homophobia in Sports*. Champaign: Human Kinetics, 1998. p. 133-156.

GRIFFIN, P. Addressing concerns about LGBT athletes and coaches in the locker room. In: BIRCH-JONES, J. *Seeing the Invisible, speaking about the unspoken*. Vancouver: Canadian Association for the Advancement of Women and Sport and Physical Activity, 2011. p. 14-31.

GUMBRECHT, H. U. O campo não hermenêutico ou a materialidade da comunicação. In: GUMBRECHT, H. U. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não hermenêutica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 137-151.

HALBERSTAM, J. Una introducción a la masculinidad feminina. Masculinidad sin hombres. In: HALBERSTAM, J. *Masculinidad femenina*. Trad. Javier Sáez. Madrid: Egales, 2008. p. 23-66.

IOC rules transgender athletes can take part in Olympics without surgery. *The Guardian*, 25 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/sport/2016/jan/25/ioc-rules-transgender-athletes-can-take-part-in-olympics-without-surgery>>. Acesso em: 1 fev. 2016.

KESSLER, C. S. *Mais que barbies e ogras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KNIJNIK, J. D. Gênero: um debate que não quer calar. In: KNIJNIK, J. D. *Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 25-66.

KRISTEVA, J. Approaching abjection. In: KRISTEVA, J. *The powers of horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press, 1982. p. 1-30. Disponível em: <[http://www.csus.edu/indiv/o/obriene/art206/readings/kristeva%20-%20powers%20of%20horror\[1\].pdf](http://www.csus.edu/indiv/o/obriene/art206/readings/kristeva%20-%20powers%20of%20horror[1].pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

LE BRETON, D. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LYOTARD, J.-F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-30, 2002. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 24, p. 95-117, 1995.

MUÑOZ, J. E. Queerness as horizon. In: MUÑOZ, J. E. *Cruising utopia: the then and there of queer futurity*. New York: New York University, 2009. p. 19-32.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 8-41, 2000.

ORTEGA, E.; BACHILLER, C. R.; DAUDER, S. G. Transformaciones tecno-científicas de cuerpos, sexos y géneros. In: MIQUEO, C.; BARRAL, M. J.; MAGALLÓN, C. (Ed.). *Estudios iberoamericanos de género en ciencia, tecnología y salud*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008. p. 717-722.

OWEN, G. Catching crabs: bodies, emotions and gay identities in mainstream competitive rowing. In: CAUDWELL, J. (Ed.). *Sport, sexualities and queer/theory*. London: Routledge, 2006. p. 129-144.

- PRECIADO, B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.
- PRECIADO, B. *Pornotopía: arquitetura y sexualidad en ‘Playboy’ durante la guerra fría*. Barcelona: Anagrama, 2010.
- PRONGER, B. Sex and sport. In: PRONGER, B. *The arena of masculinity: sports, homosexuality, and the meaning of sex*. New York: St Martin’s Press, 1990. p. 177-213.
- PRONGER, B. Homosexuality and sport: who’s winning?. In: MCJAY, J.; MESSNER, M. A.; SABO, D. *Masculinities, gender relations, and sport*. London: Sage, 2000. p. 222-244.
- RIAL, C. S. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.
- RICH, A. La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana. In: NAVARRO, M.; STIMPSON, C. R. (Ed.). *Sexualidad, género y roles sexuales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. p. 159-211.
- ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 133-152, 2008.
- SAGARIN, E. Review of Man & Woman, Boy & Girl: The Differentiation and Dimorphism of Gender Identity from Conception to Maturity. *The Journal of Sex Research*, Mt. Vernon, v. 9, n. 3, 1973, p. 271-275.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.
- SILBERMANN, M. O atleta monitorado: um estudo sobre o passaporte biológico e o avanço dos mecanismos de monitoramento de atletas na luta contra o doping. *Anais da ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, v. 1, n. 1, 2014.

SILVEIRA, V. T. *Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)–Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVEIRA, V. T.; VAZ, A. F. Doping e controle de feminilidade no esporte. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 447-475, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00447.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

STOLKE, V. ¿Es el sexo para el género lo que la raza para la etnicidad... y la naturaleza para la sociedad? *Política y Cultura*, México, n. 14, p. 25-60, 2000.

SYMONS, C.; HEMPHILL, D. Transgendering sex and sport in the gay games. In: CAUDWELL, J. (Ed.). *Sport, sexualities and queer/theory*. London: Routledge, 2006. p. 109-128.

TAMBURRINI, C. M.; TÄNNSJÖ, T. Las bioamazonas del fútbol. In: TORRES, C. R.; CAMPOS, D. G. (Comp.). *¿La pelota no dobla?: ensayos filosóficos en torno al fútbol*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2005. p. 187-210.

WOLF, S. America's deepest closet: why does the sports world remain fiercely hostile to open participation by LGBT athletes?. *The Nation*, n. 22, p. 29-30, Aug. 2011.

Recebido em: 28/02/2016

Aprovado em: 30/09/2016